PREFEITURA DE SÃO PAULO

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Décadas de 30 e 40

- Assistência Social baseada na caridade e atendimento às famílias dos soldados da II guerra mundial.
- Pessoas deficientes vistas como vítimas do infortúnio e merecedoras da caridade.

Constituição Federal de 1988

- Assistência Social definida como política não contributiva da Seguridade Social: dever do Estado e direito para quem dela necessitar.
- Pessoa com deficiência considerada sujeito de direitos e da proteção constitucional para assegurar ingresso na vida social e no trabalho.

1989 - Lei 7853

- Primeira legislação específica no campo da deficiência .
- Estabelece normas gerais para assegurar direitos das pessoas com deficiência.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS 1993
Lei 8.742

- Regulamenta a Constituição Federal no âmbito da Assistência Social. Define pessoa com deficiência**:** aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.
- Dentre o objetivos da Assistência Social**:** habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a garantia de renda de 1SM – BPC.

1995
Decreto 1744

- Regulamenta a LOAS no que se refere ao BPC. Conceito de deficiência= incapacidade. Acrescenta as causas **:** anomalias, lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênita ou adquirida, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho.

1999
Decreto 3298

- Institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Define deficiência, deficiência permanente e incapacidade com base no modelo médico.
- Define categorias de deficiência. Física, visual, auditiva e intelectual.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

2000
Decretos 2854 e 2874

- Instituição de novas modalidades de atendimento à pessoa com deficiência**:** Atendimento domiciliar, em Casa-Lar, Reabilitação com base na Comunidade, atendimento em abrigos em pequenos grupos.
- Pessoas com deficiência atendidas usualmente em instituições filantrópicas segregadas financiadas pela Assistência Social .

2004
Resolução CNAS 145

- Política Nacional de Assistência Social. Destaca atendimento a pessoas ou grupos com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco.
- Pessoas com deficiência bem como os beneficiários do BPC inseridos em todos os serviços da rede socioassistencial, não somente em serviços específicos .

2004
Decreto 5.296

- Estabelece novas definições de deficiência, com base no modelo biológico, médico.
- Estas definições são utilizadas até hoje para avaliar as pessoas com deficiência para ingressar no mercado de trabalho, em cumprimento à Lei de Cotas.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

2005
Resolução CNAS 27

- Institui o SUAS. Define sistema de gestão e financiamento da Assistência Social.
- Define a integração entre benefícios e serviços. Beneficiários com deficiência do BPC priorizados na rede de serviços socioassistencial.

2007
Decreto 6.214

- Para efeitos de concessão do BPC define o termo Incapacidade com base na CIF, separando-o da deficiência.
- Lançamento da Agenda Social do Governo Federal para Pessoas com Deficiência.

2009
Decreto 6.949

- Promulgada a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e incorporada à Constituição Federal.
- Conceito biopsicossocial de deficiência. A ser adotado em toda a legislação infraconstitucional.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

2011
Lei 12.435

- Oficializa a PNAS, SUAS e as normas para gestão do BPC.
- Ratifica o conceito de deficiência, adotado pela Convenção, para o BPC e para a PNAS.

2011
Lei 12.470

- Altera as regras para o beneficiário com deficiência do BPC que ingressa no mundo do trabalho, possibilitando a suspensão do benefício e não seu encerramento e o acúmulo no caso de contrato de trabalho como aprendiz, por 2 anos.

2011
Decreto 7.216

- Lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Plano Viver sem Limite.
- Envolvimento de 15 Ministérios e financiamento de R$ 7,5 bilhões para ações voltadas às pessoas com deficiência.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Lei Brasileira de Inclusão. Regulamenta os direitos da pessoa com deficiência com base na Convenção .

2015
Lei 13.146

SORRI

SORRI-BRASIL

www.sorri.org.br

sorribrasil@sorri.org.br